

Coerência e firmeza

A clareza das posições brasileiras em suas atuais relações com o Fundo Monetário Internacional corresponde a uma importante abertura para o êxito das negociações em torno da dívida externa. As vacilações e dubiedades da política exercitada pelo Governo anterior, que permitiu, inclusive, insólita auditoria do órgão nas contas internas do País, sucedem agora a transparência das intenções e a firmeza de convicções no diálogo com os credores.

Toda a proposta brasileira, que é um conjunto orgânico e articulado de gerenciamento racional da dívida, funda-se nas potencialidades econômicas nacionais e limita-se pelo resguardo das aspirações brasileiras de alcançar a prosperidade plena. Tanto na Assembléia Geral da ONU, pela voz do presidente Sarney, quanto nos foros de outra hierarquia, através de representantes qualificados, o Brasil tem notificado à comunidade financeira internacional que, não resgatará os seus compromissos com o sacrifício de seu povo. A dívida deverá ser saldada em divisas correntes, mas dentro de um escalonamento que assegure o processo interno de desenvolvimento e satisfaça às exigências de retorno dos capitais emprestados.

Agora, no detalhamento dessa estratégia, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anuncia que o Brasil tomou como decisão o comprometimento de apenas 2,5 por cento de suas receitas de exportação para o resgate das parcelas anuais da dívida. E, ao mesmo tempo, comunicou que o Brasil

não aceita pagar taxas de riscos (spread) sobre os recursos emprestados. Deseja que o spread seja igual a zero. Quanto à intermediação do Fundo, o Brasil não a considera necessária, salvo o seu atestado sobre a liquidez da economia brasileira.

A proposta brasileira, no que diz respeito ao pagamento das parcelas da dívida, ajusta-se com precisão aos critérios aceitos pelo sistema financeiro internacional. As amortizações feitas com base no limite de 2,5 por cento das receitas cambiais correspondem, em valores de 1986, a algo próximo aos três bilhões de dólares. Todavia, como o Brasil seguramente aumentará o seu comércio exterior, em consequência das significativas taxas internas de crescimento, esse percentual tende a ensejar amortizações absolutas cada vez mais altas. Espera-se que, nos próximos três anos, a economia brasileira alcance saldos no balanço de pagamentos em torno dos vinte bilhões de dólares. Daí por diante, portanto, o Brasil passaria a saldar a dívida externa com recursos em divisas equivalentes a cinco bilhões de dólares, cifra que pouquíssimos países teriam condições de dispor anualmente.

Quanto à eliminação das taxas de risco, a proposta brasileira não poderia ser mais coerente. Na verdade, é absurdo que uma nação colocada entre as dez primeiras sociedades industrializadas do planeta, com as suas obrigações internacionais rigorosamente em dia, seja penalizada com taxas de risco sobre os empréstimos

contratados. Teriam sentido essas coberturas contra eventual iliquidez se o País, por notória inviabilidade econômica, ficasse na posição de condicionar a tomada de empréstimos ao pagamento de prêmios de seguro às instituições do gênero. Não é, como se sabe, o caso.

Já o afastamento do FMI na intermediação da dívida, para permitir o entendimento direto entre o devedor e os credores, é indispensável, no caso brasileiro. As áreas de manobra do Brasil, em relação a cada credor, são diferentes, na medida em que para uns poderá prevalecer determinado tipo de pacto e, para outros, algo inteiramente diferente. A presença do Fundo Monetário Internacional nesse contexto iguala as pretensões dos credores em prejuízo do Brasil, uma vez que elimina alternativas para acordos isolados e diferenciados.

Esse posicionamento brasileiro, como resta comprovado, não gera qualquer turbulência no sistema financeiro internacional. Ao contrário, faz confluir para um ponto de convergência os interesses de todas as partes. Pretender relações diferentes no encaminhamento da questão, sem audiência aos interesses sustentados pelo Brasil em sua proposta, corresponde a uma imposição inaceitável. E isto porque a ortodoxia dos credores levaria a sociedade brasileira a uma gravíssima hemorragia econômica, aliás, em prejuízo de todo o sistema financeiro internacional.